

# Monetarismo, o novo mito da economia brasileira

Marco Antônio  
Mastrobuono (\*)

Assidua-mente, a crô-nica espe-cializada vem regis-trando opi-niões que qualificam a política eco-nômica vigente de moneta-rista. Muitos dos que pen-sam assim estão também convencidos de que é o fruto de uma capitulação do go-verno ante exigências inter-nacionais. Os credores do Brasil e o FMI surgem, en-tão, como os inspiradores exigentes de tal política e beneficiários da rendição. Não é fácil, porém, reconciliar esta interpretação com a realidade nacional.

O crédito escasso e taxas de juros elevadas são ele-mentos constantes de uma política antiinflacionária ortodoxa. Contudo, suas presenças, na atual conjun-tura financeira, não refletem a ortodoxia menciona-da.

As taxas de juros, que ho-je se praticam bem acima da inflação, têm a finalida-de precípua de manter o custo do crédito internacio-nal mais barato que o inter-no. Trata-se, pois, de um instrumento coercitivo, que persegue a captação das di-vasas indispensáveis para o fechamento do balanço de pagamentos. Não são taxas que se elevam como conse-quência de uma demanda excessiva de crédito em fa-ce de recursos escassos. Há sintomas do contrário. Ha-veria disponibilidade finan-ceira em busca de tomado-res arredios. Uns, porque dispõem de melhor alterna-tiva fora do Brasil. Outros, porque preferem reduzir o nível de atividades, conven-cidos de que não há possibi-lidade de lucro com um custo financeiro tão alto.

A falta de liquidez atual em nada se parece a um fe-nômeno monetário ortodo-xo. Não se está retirando moeda de circulação nem contraindo os meios de pa-gamento. As autoridades

monetárias não estão cap-tando recursos com o propó-sito de eliminar um excesso de demanda que pressiona os preços. Nada disso. Ape-nas as aparências são seme-lhantes. Existe, sim, uma ávida, para não dizer esfa-içada, captação de recursos financeiros por parte do go-verno. Empreendida, po-rém, para sustentar um processo de vertiginosa ex-pansão dos gastos estatais.

No ano passado, foi im-posta ao País uma carga tri-butária duas vezes maior que a requerida pelo custeio da administração direta federal. Isto é, as ati-vidades específicas e tradi-cionais do Estado não preci-saram de mais que a meta-de dos impostos efetiva-mente arrecadados. De uma receita fiscal pouco su-perior a Cr\$ 1,2 trilhão, cer-ca de Cr\$ 280 bilhões foram transferidos para o orça-mento monetário, com o fim de subsidiar créditos e con-sumos diversos. Outros Cr\$ 299 bilhões foram transferi-dos para as empresas esta-tais, de modo a lhes cobrir a insuficiência de recursos. Além disso, cerca de um terço da dívida pública in-terna amortizou-se, em 1980, graças ao confisco implícito na prefixação de uma correção monetária que correspondeu apenas à metade da inflação. Tal ar-tifício desobrigou a Casa da Moeda de atender a neces-sidades da dívida interna. As-sim, esta operosa reparti-ção trabalhou unicamente para a cobertura de outras insuficiências, expandindo em 50% a base monetária.

O quadro repete-se em 1981. As modificações não vão além de minúcias for-mais. O custeio da adminis-tração direta federal não ul-trapassará uma soma equi-valente a 20% dos dispên-dios globais das empresas estatais. As contas do orça-mento monetário reclama-rão recursos comparáveis à metade da receita fiscal prevista. Neste panorama sombrio, o governo procura desesperadamente "fatu-rar" onde encontre recur-sos.

Tem-se financiado junto às cadernetas de poupança. Para captar o numerário que permita colocar ORTN, as cadernetas estão ofere-cendo generosa correção monetária, agora e desta vez calculada com base no INPC. Deste modo, elevam-se drasticamente os custos de captação também para as demais instituições fi-nanceiras.

Não arrecadando o bas-tante, captou também dis-ponibilidades superiores a Cr\$ 200 bilhões, através da colocação de LTN no "o-pen". Tal desempenho deveu-se a uma atraente re-muneração oferecida pelas letras.

Eis por que se levantou o custo do dinheiro e se redu-ziu a liquidez. Não como ins-trumento de política mone-tária, porém e tão-somente como mecanismo tributário disfarçado. A realidade é, pois, bem diferente da orto-doxia que se supõe inspirar as autoridades monetárias.

O artificialismo explica o

paradoxo que perdura na economia brasileira. De um lado, há mais de um ano, tem-se conseguido conter a expansão da base monetá-ria dentro de um ritmo que não supera metade das ta-xas de crescimento do Índi-ce Geral de Preços. Além disso, os juros foram eleva-dos bem acima da inflação. Reduziu-se a liquidez a níveis dramáticos. Cortou-se o crédito ao consumidor e liberaram-se os preços. A demanda reduziu-se de mo-do notável. Há contração efetiva e dolorosa da capa-cidade produtiva. Desemprega-se a força de trabalho. E, com isso tudo, a inflação não cede signifi-cativamente.

Está na moda afirmar que os preços não caem de-vido à ação dos oligopólios. A assertiva resolve o para-doxo. Não obstante, equivo-cam-se os que responsabilizam as multinacionais ou as empresas privadas como os agentes reais da frustração dos mecanismos de merca-

do. Ainda que, aqui e acolá, ocorram preços de cartel, como parece ser o caso da indústria automobilística, na verdade, o Estado é o agente perturbador. Os pre-ços das empresas estatais e os dos serviços públicos são monopólicos ou monopsoní-cos. Mais de 50% da econo-mia está estatizada. Se não vejamos. As empresas do governo federal manejam 30% do PNB. As estatais paulistas, cerca de 5%. As administrações diretas dos municípios, estados e União andam por perto dos 10%. Somem-se os dispêndios do orçamento monetário. Exclua-se a agricultura de subsistência. O que resta do PNB em regime de livre empresa ou de mercado? Qual é o quinhão da econo-mia privada? Eis por que não pode ser eficaz a políti-ca antiinflacionária posta em prática no Brasil. O mesmo motivo, a mesma razão e os mesmos antece-dentes demonstram que ja-mais existiu monetarismo

nas políticas econômicas vi-gentes.

Os gastos do Estado e de suas empresas estão muito além dos recursos dis-poníveis. A estrutura produ-tiva do País já não é capaz de gerar-lhes a renda neces-sária. Tais gastos estão sus-tentando muita gente em atividades não reprodu-tivas. Parte dos salários pa-gos por empresas estatais está emprestando as apa-rências de emprego ao que, na verdade, é pura previ-dência social. Parte das despesas correntes é ape-nas desperdício. Parte dos gastos de capital é de baixa rentabilidade e, às vezes, não tem retorno. Sem cortes drásticos nos gastos públi-cos e no nível de estatização da economia não se reduzi-rá significativamente a in-flação. Tampouco chegare-mos a uma sociedade demo-crática estável.

(\*) Consultor das Nações Unidas. Ex-dirigente de empre-sas públicas e privadas.